

REQUERIMENTO

(Do Sr. Dagoberto – PDT/MS)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão Especial da PEC 215/2000 para discutir o andamento dos Estudos para Ampliação da Terra Indígena do Governador- MA.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em data a ser oportunamente agendada, para discutir a *discutir a o andamento dos Estudos para Ampliação da Terra Indígena do Governador*. Requeremos, outrossim, que sejam convidadas a participar desse evento as seguintes personalidades:

- a Senhor, José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça;
- o Senhor, Governador do Estado do Maranhã, Flavio Dino.
- o senhor, Weverton Rocha, Deputado Federal pelo Estado do Maranhão.
- o Senhor, Sarney Filho, Deputado Federal Líder na Bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados;
- o Senhor Flávio Chiarelli Vicente De Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai);
- o Senhor Emanuel Oliveira, Presidente da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante no Maranhão;
- a Senhora Adriana Luriko Kamada Ribeiro, Prefeita Municipal de Amarante/MA;
- o Senhor Mauro Jorge, Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA).
- A Senhora, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- O senhor, Antonio Aurélio de Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Amarantes.

- O senhor, Luis Antônio Nascimento Cury, advogado da Comissão Permanente em Defesa dos Proprietários e Agricultores de Amarante no Maranhão;

JUSTIFICAÇÃO

Notícias sobre conflitos relacionados à demarcação de terras indígenas infelizmente têm se tornado cada vez mais frequentes na mídia nacional, motivados principalmente por divergências entre identificações, delimitações e demarcações de terras indígenas, que muitas vezes se sobrepõem a terras particulares, assentamentos rurais e mesmo áreas urbanas já consolidadas.

No caso do município de Amarante do Maranhão existe pretensão de ampliação da Terra Indígena Governador pela FUNAI, que converterá 76% da área do município em terras indígenas, ou seja, o referido ente federativo deixará de ter viabilidade econômica e administrativa uma vez que sobrevive da pequena agricultura e pecuária.

Na referida área existem 1.193 propriedades particulares, em sua maioria com dívidas em bancos oficiais, hipotecas. Cerca de 130 mil bovinos (AGED) e produção de subsistência em uma área de 49.341 mil hectares (Secretaria Municipal de Agricultura), além de cerca 943 alunos matriculados no ensino fundamental e 75 localidades habitadas, pequenas vilas.

A expansão da Terra Indígena Governador afetará ainda 11 assentamentos da reforma agrária que ocupam cerca de 20 mil hectares com 700 famílias assentadas, sendo 6 assentamentos do INCRA e 5 do Banco da Terra (Convênio Banco Mundial), a maioria com mais de 10 anos com inúmeras vilas urbanas, estradas, poços artesianos, energia elétrica, escolas, pecuária, agricultura de subsistência e créditos do PRONAF.

A FUNAI, responsável pelo trabalho de demarcação e estudos de ampliação dessas terras, vem por vezes conduzindo tais processos de forma pouco transparente, sem a participação da população, deixando os moradores amedrontados com a possibilidade de perda das suas terras.

Queremos com esta Audiência Pública ouvir as autoridades responsáveis pela demarcação e ampliações de TIs para elucidar a questão e tentarmos estabelecer um acordo que possa tranquilizar toda a sociedade Maranhense.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2015.

**Dep. Dagoberto
PDT/MS**